

30 de outubro de 2023

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de setembro de 2023

Um Banco preparado para o futuro

Rendibilidade

- **Resultado líquido** de **650,7 milhões de euros** nos primeiros nove meses de 2023.
- **Aumento do resultado operacional core** do Grupo em **38,2%** para **1.841,3 milhões de euros**, suportado no **aumento de 27,2%** dos **proveitos core** e na **gestão rigorosa dos custos operacionais**, que aumentaram 8,5% face ao período homólogo de 2022.
 - **Efeitos¹** relacionados com o **Bank Millennium**: **encargos de 589,6² milhões de euros associados à carteira de créditos hipotecários em francos suíços**, dos quais provisões de 482,5³ milhões de euros que incluem a aplicação de pressupostos mais conservadores ao modelo de provisionamento decorrentes da decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia; **resultados beneficiaram de 127,0 milhões de euros**, registados no primeiro trimestre do ano, relacionados com a **venda de 80% da participação na Millennium Financial Services** no âmbito da parceria estratégica na área de *bancassurance*.

Modelo de negócio

- **Resultado líquido da atividade** em Portugal de **556,8 milhões de euros** nos primeiros nove meses de 2023.
- **Reforço significativo dos rácios de capital**. **Rácio de capital CET1⁴ de 14,9%** e **rácio de capital total⁴ de 19,4%** (aumento de 357 pb e de 431 pb, respetivamente, face ao período homólogo de 2022), evidenciando a forte capacidade de geração orgânica de capital.
- **Indicadores de liquidez⁵ muito acima dos requisitos regulamentares** (LCR: 244%; NSFR: 160% e LtD: 73%).
- **Recursos de balanço do Grupo crescem 2,3%** face a setembro de 2022 para os **76,9 mil milhões de euros**.
- **Redução expressiva de ativos não produtivos** face a setembro de 2022: 398 milhões de euros em NPE, 149 milhões de euros em imóveis recebidos por recuperação e 404 milhões de euros em fundos de reestruturação, uma redução combinada de 27,3% face a setembro de 2022.
- **Crescimento da base de Clientes** com destaque para o aumento de Clientes *mobile* (11% face a setembro de 2022) que representam 66% do total de Clientes.
- **Investment grade** pelas 4 agências de *rating*, após sucessivas revisões em alta.

1 Antes de impostos e interesses que não controlam 2 Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal 3 Não inclui provisões relacionadas com a carteira do Euro Bank de créditos hipotecários (garantida por entidade terceira) 4 Rácio fully implemented (inclui resultados não auditados dos primeiros nove meses de 2023) 5 Liquidity Coverage Ratio (LCR); Net Stable Funding Ratio (NSFR); Loans to Deposits Ratio (LtD).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 3.000.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODC9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço
Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
bernardo.collaco@millenniumbcp.pt
alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 set. 23	30 set. 22 (reexpresso)	Var. 23/22
BALANÇO			
Ativo total	91.169	97.135	(6,1 %)
Situação líquida	6.848	5.837	17,3 %
Crédito a clientes (líquido)	55.112	57.010	(3,3 %)
Recursos totais de clientes	92.379	91.069	1,4 %
Recursos de clientes de balanço	76.876	75.184	2,3 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.534	73.843	2,3 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	73,0 %	77,2 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	71,7 %	75,8 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	2.117,5	1.545,8	37,0 %
Produto bancário	2.792,7	2.064,7	35,3 %
Custos operacionais	854,6	787,4	8,5 %
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	842,4	781,4	7,8 %
Resultados de modificações	-14,8	-318,6	95,3 %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	211,4	241,2	(12,3 %)
Outras imparidades e provisões	602,4	532,4	13,2 %
Impostos sobre lucros	387,4	208,6	85,7 %
Resultado líquido	650,7	89,8	>200%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	4,1 %	2,9 %	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	1,1 %	0,0 %	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	1,6 %	0,3 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	16,7 %	2,3 %	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	24,4 %	4,1 %	
Taxa de margem financeira	3,39 %	2,38 %	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2)(3)	31,2 %	36,9 %	
Rácio de eficiência (2)	30,6 %	38,1 %	
Rácio de eficiência (2)(3)	31,6 %	37,8 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (2)(3)	30,3 %	37,7 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2)(3)	17,1 %	20,6 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	50	55	
<i>Non-Performing Exposures</i> (crédito) / Crédito a clientes	3,6 %	4,1 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE (crédito)	76,6 %	66,5 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,1 %	3,6 %	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	244 %	264 %	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	160 %	153 %	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	14,9 %	11,6 %	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	14,9 %	11,4 %	
Rácio total <i>fully implemented</i>	19,4 %	15,1 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	400	408	(2,0 %)
Atividade internacional	811	830	(2,3 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.275	6.257	0,3 %
Atividade internacional (5)	9.458	9.404	0,6 %

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto positivo de 114,7 milhões de euros, reconhecidos nos primeiros nove meses de 2023, que inclui proveitos no montante de 127,0 milhões de euros na atividade internacional, associados à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. (117,8 milhões de euros reconhecidos em resultados de operações financeiras e 9,2 milhões de euros reconhecidos em outros proveitos de exploração líquidos) e custos de 12,2 milhões de euros reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal ((i) custos relacionados com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017; (ii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores; (iii) custos com saídas de colaboradores e (iv) um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco). Nos primeiros nove meses de 2022, o impacto foi negativo no montante de 6,1 milhões de euros, sobretudo relacionado com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017.

(4) Os rácios de capital com referência a 30 de setembro de 2023 são estimados, incluindo os resultados líquidos positivos, não auditados, acumulados no período.

(5) Dos quais, na Polónia: 6.899 colaboradores em 30 de setembro de 2023 (correspondendo a 6.776 FTE - *Full-time equivalent*) e 6.897 colaboradores em 30 de setembro de 2022 (correspondendo a 6.778 FTE - *Full-time equivalent*).

RESULTADOS E ATIVIDADE NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2023

A guerra na Ucrânia, decorrente da invasão daquele país por parte da Federação Russa, em finais de fevereiro de 2022, continua a marcar a atualidade mundial. Ainda que a exposição direta do Grupo às economias dos dois países envolvidos no conflito não se afigure material, a elevada incerteza que prevalece quanto ao desfecho do conflito não permite, nesta fase, excluir liminarmente impactos futuros significativos, que não são neste momento passíveis de previsão ou quantificação.

O Grupo detém 49% do Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbcp Ageas), procedendo à sua contabilização pelo método de equivalência patrimonial, como investimentos em associadas. Em 1 de janeiro de 2023, a Mbcp Ageas fez a adoção simultânea da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro. Tendo em conta que a aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 exige informação comparativa, a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador fez o exercício da transição a 1 de janeiro de 2022. Os impactos decorrentes da implementação da IFRS 17 pela Mbcp Ageas levaram à necessidade de reexpressão das contas do Grupo referentes a 2022.

Em 13 de fevereiro de 2023, o Bank Millennium assinou um acordo para a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. à Towarzystwo Ubezpieczeń na Życie Europa S.A. que adquire 72% das ações da Sociedade e à Towarzystwo Ubezpieczeń Europa S.A. que adquire 8% das ações da Sociedade. O Bank Millennium celebrou também com os compradores e com a Millennium Financial Services sp. z o.o. determinados acordos relativos ao modelo de distribuição exclusiva de seguros, incluindo um acordo de cooperação, acordos de distribuição e acordos de agenciamento. A parceria estratégica assim estabelecida prevê uma ligação de *bancassurance* de longo prazo (10 anos) em relação a produtos de seguros específicos associados à oferta de crédito do Bank Millennium. Em 29 de março de 2023 concluiu-se a transação, com a transferência de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., bem como com o recebimento do respetivo preço pelo Bank Millennium S.A., resultando no reconhecimento do correspondente resultado financeiro positivo e desencadeando o início da Cooperação Estratégica de Seguros entre o Banco e os compradores, conforme descrito anteriormente.

Em 24 de março de 2023, o BCP foi notificado da decisão favorável da autoridade de supervisão sobre o pedido de aplicação do artigo 352 (2) da CRR para exclusão do cálculo dos ativos ponderados para risco de mercado de determinadas posições cambiais estruturais para imunização dos rácios regulamentares face a variações das taxas de câmbio.

Após sucessivas revisões em alta, refletindo o percurso de normalização do Banco, as quatro principais Agências de Rating Internacionais (DBRS, Moody's, S&P e Fitch) atribuíram notação de *Investment Grade* ao BCP.

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido consolidado do Millennium bcp ascendeu a 650,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, apresentando um crescimento bastante expressivo face aos 89,8¹ milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

Esta evolução do resultado líquido consolidado reflete o desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional, permitindo que a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo se fixasse em 16,7% nos primeiros nove meses de 2023, representando um aumento significativo face aos 2,3% apurados no final de setembro de 2022.

O crescimento do resultado líquido do Grupo ficou a dever-se, em larga medida, à evolução dos proveitos *core*, que se situaram 27,2% acima dos 2.119,6 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2022, totalizando 2.695,9 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. A evolução dos proveitos *core* reflete sobretudo o crescimento de 37,0% (571,6 milhões de euros) registado na margem financeira, tendo as comissões líquidas evidenciado um ligeiro aumento de 0,8% (para 578,5 milhões de euros) neste período.

Para o desempenho favorável do resultado líquido do Grupo neste período contribuiu também o ganho extraordinário de 127,0² milhões de euros, reconhecido no primeiro trimestre do ano corrente, associado à venda, por parte do Bank Millennium, de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., no âmbito da parceria estratégica na área de *bancassurance*.

Adicionalmente, a evolução do resultado líquido consolidado do Millennium bcp foi influenciada pelos efeitos extraordinários que haviam penalizado o resultado associado à subsidiária polaca nos primeiros nove meses do ano anterior e que não se repetiram no ano corrente. Nesse sentido, refira-se, desde logo, o reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*)³ promulgado pelo Presidente da República da Polónia em julho de 2022. Com efeito, o Banco estimou o impacto máximo da implementação desta Lei, se todos os mutuários elegíveis viessem a utilizar este instrumento, tendo reconhecido antecipadamente 80% dos respetivos custos nos resultados do terceiro trimestre de 2022, correspondendo a 304,6⁴ milhões de euros. Por outro lado, não obstante o bom desempenho operacional do Bank Millennium S.A., os fatores de incerteza, nomeadamente os impactos materiais decorrentes de novas medidas legislativas, levaram a que fosse considerada a imparidade referente à totalidade do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. na Polónia, no montante de 102,3² milhões de euros a 30 de junho de 2022.

Ainda na subsidiária polaca, a contribuição para o fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), criado no terceiro trimestre de 2022 e inexistente em 2023, a par de isenções temporárias no ano corrente relativas a outras contribuições, permitiram uma redução de 108,0 milhões de euros no montante global das contribuições suportadas pela subsidiária, contribuindo também desta forma para a evolução favorável do resultado líquido consolidado.

A evolução do resultado líquido consolidado, no período em análise, foi ainda influenciada favoravelmente pela redução das dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) em 12,3%, de 241,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 211,4 milhões de euros no mesmo período de 2023, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Inversamente, o resultado do Grupo continua a ser fortemente condicionado pelo acréscimo dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca, que globalmente evoluíram de 389,2²

¹ Na sequência da adoção, em 1 de janeiro de 2023, da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro, por parte da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbc Ageas), entidade detida a 49% pelo Grupo, e cumprindo a exigência de informação comparativa, as contas de 2022 do Grupo foram reexpressas em conformidade, correspondendo a um impacto negativo de 7,4 milhões de euros nos resultados dos primeiros nove meses de 2022.

² Antes de impostos e de interesses que não controlam.

³ Na sequência da assinatura pelo Presidente da República da Polónia e do anúncio no Jornal Oficial da República da Polónia, no mesmo dia, da Lei de 7 de julho de 2022 sobre *crowdfunding* para *business ventures* e assistência a mutuários, foi introduzido, entre outros, o acesso a moratórias (*credit holidays*) de até oito meses em 2022-2023 para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlotis.

⁴ No quarto trimestre de 2022, o Banco procedeu à reclassificação do montante associado aos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) que se encontrava contabilizado em outras imparidades e provisões, passando a reconhecer estes custos como resultados de modificações. No âmbito desta análise, os valores referentes aos primeiros nove meses de 2022 foram também reclassificados, divergindo, assim, dos valores contabilísticos divulgados.

milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 589,6² milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023. O aumento destes custos decorreu maioritariamente da constituição de provisões adicionais para fazer face ao risco de litigância implícito nesta carteira, na sequência da decisão desfavorável do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) relativamente aos créditos hipotecários em moeda estrangeira (482,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023 vs 292,4 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, ambos os montantes líquidos do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser ressarcido por entidade terceira).

Por outro lado, não obstante a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos operacionais por parte do Grupo, o impacto da inflação fez-se sentir nas várias geografias em que o Banco opera (particularmente na Polónia e em Moçambique onde registou níveis de dois dígitos em 2022), influenciando a evolução dos custos operacionais que, em termos consolidados, aumentaram 8,5% (67,2 milhões de euros) face ao montante apurado nos primeiros nove meses de 2022.

O montante de 1,5 milhões de euros reconhecido em resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação nos primeiros nove meses de 2022, incorpora maioritariamente o acerto do preço de venda do Banque Privée, conforme condições previamente acordadas⁵.

O resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 1.841,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, evidenciando um crescimento expressivo de 38,2% face aos 1.332,2 milhões de euros alcançados no mesmo período de 2022, impulsionado pelo já referido aumento dos proveitos *core*.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido ascendeu a 556,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, situando-se bastante acima dos 288,4 milhões de euros alcançados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução reflete principalmente o aumento de 39,4% dos proveitos *core*, de 1.088,6 milhões de euros para 1.517,6 milhões de euros, para o qual contribuiu sobretudo o crescimento da margem financeira, ficando as comissões líquidas, por sua vez, ligeiramente acima do montante apurado um ano antes.

A redução de 15,3% (41,9 milhões de euros) registada nas imparidades e provisões, que globalmente evoluíram de 273,9 milhões de euros para 231,9 milhões de euros no final de setembro de 2023, também contribuiu para o desempenho favorável do resultado líquido na atividade em Portugal, refletindo, entre outros, a evolução do perfil de risco da carteira de crédito em Portugal e a consequente redução das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações).

Inversamente, a evolução do resultado líquido na atividade em Portugal foi condicionada pela forte redução registada nos resultados em operações financeiras (-116,7 milhões de euros), devido sobretudo aos ganhos reconhecidos nos primeiros nove meses do ano anterior com a alienação de títulos de dívida pública estrangeira, que não se verificaram no mesmo período deste ano.

O resultado líquido da atividade em Portugal foi ainda influenciado, pese embora de forma menos expressiva, por um lado, pelo desempenho favorável dos resultados por equivalência patrimonial e dos outros proveitos de exploração líquidos, e por outro por um ligeiro aumento dos custos operacionais e pelo menor contributo dos rendimentos de instrumentos de capital.

De salientar que o aumento significativo dos proveitos *core* compensou largamente a ligeira subida dos custos operacionais, levando a que o resultado operacional *core* na atividade em Portugal crescesse 64,1%, de 644,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 1.057,6 milhões de euros no final de setembro de 2023.

Na atividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 93,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, melhorando significativamente face aos 198,5 milhões de euros negativos apurados no período homólogo do ano anterior, devido ao maior contributo associado à subsidiária polaca, que após um período alargado com resultados trimestrais negativos, apresentou resultados positivos pelo quarto trimestre consecutivo. O resultado líquido da operação em Moçambique, por sua vez, ficou aquém do montante apurado um ano antes, influenciado pelo impacto decorrente do significativo aumento das reservas obrigatórias de caixa.

⁵ Na sequência da venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. ("Banque Privée"), no quarto trimestre de 2021, o preço de venda recebido poderia vir a ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de *stocks* e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas.

Na evolução do resultado líquido da atividade internacional merece particular destaque o crescimento registado na margem financeira (+16,5%; +144,7 milhões de euros), refletindo maioritariamente o impacto dos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência do banco central da Polónia verificados entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022. Adicionalmente, o já referido ganho extraordinário de 127,0 milhões de euros, reconhecido no primeiro trimestre do ano corrente, associado à venda, por parte do Bank Millennium, de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., também contribuiu largamente para o desempenho favorável do resultado líquido da atividade internacional.

A evolução do resultado líquido da atividade internacional foi ainda influenciada de forma positiva pelos efeitos extraordinários que haviam penalizado o resultado associado à subsidiária polaca nos primeiros nove meses de 2022. Nesse sentido, destacam-se, desde logo, o reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*), no montante de 304,6⁶ milhões de euros. A evolução favorável apresentada pela atividade internacional é também explicada por o resultado de 2022 ter sido penalizado pela imparidade referente à totalidade do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. na Polónia, no montante de 102,3 milhões de euros. Adicionalmente, a redução de 108,0 milhões de euros no montante global das contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca esteve sujeita também contribuiu em grande medida para o crescimento do resultado líquido apresentado. Esta redução reflete o impacto da contribuição para o fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), criado em 2022 e sem contribuições adicionais em 2023, bem como as isenções temporárias a vigorar em 2023 relativas a outras contribuições obrigatórias.

Inversamente, o resultado da subsidiária polaca e consequentemente da atividade internacional, nos primeiros nove meses de 2023, foi penalizado pelo acréscimo dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira (+200,5 milhões de euros face a setembro de 2022), devido principalmente às provisões adicionais constituídas na sequência da decisão desfavorável do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) relativamente a estes créditos. Apesar de numa dimensão mais reduzida, refira-se também o impacto do aumento dos custos operacionais no desempenho do resultado líquido da atividade internacional, refletindo sobretudo as elevadas taxas de inflação.

Beneficiando do aumento dos proveitos *core* e não obstante o impacto das taxas de inflação nos custos operacionais, o resultado operacional *core* da atividade internacional aumentou 13,9%, de 687,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 783,7 milhões de euros no mesmo período do ano corrente.

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira do Grupo ascendeu a 2.117,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, correspondendo a um crescimento de 37,0% face aos 1.545,8 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. A evolução favorável da margem financeira manteve-se nas três geografias em que o Banco opera, destacando-se o crescimento observado na atividade em Portugal.

Com efeito, a margem financeira, na atividade em Portugal, ascendeu a 1.097,7 milhões de euros, nos primeiros nove meses de 2023, apresentando um crescimento de 63,6% face aos 670,9 milhões de euros apurados no final de setembro de 2022.

Este desempenho da margem financeira reflete, maioritariamente, o crescimento do rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, decorrente dos aumentos registados nas taxas de juro, parcialmente compensado pelo aumento da remuneração da carteira de depósitos. Beneficiando da evolução das taxas de juro, a gestão da carteira de títulos levada a cabo pelo banco, por sua vez, também teve um impacto positivo na evolução da margem financeira na atividade em Portugal, sobretudo no que respeita ao maior contributo do rendimento gerado pela carteira de dívida pública.

Inversamente, a evolução da margem financeira na atividade em Portugal reflete o aumento, face aos primeiros nove meses de 2022, dos custos suportados com a dívida emitida e passivos subordinados, decorrente não só do aumento das

⁶ No quarto trimestre de 2022, o Banco procedeu à reclassificação do montante associado aos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) que se encontrava contabilizado em outras imparidades e provisões, passando a reconhecer estes custos como resultados de modificações. No âmbito desta análise, os valores referentes a setembro de 2022 foram também reclassificados, divergindo, assim, dos valores contabilísticos divulgados.

taxas de juro aplicadas, mas também do impacto de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial, no montante de 350 milhões de euros, colocada no mercado em outubro de 2022. Esta emissão, ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, visa o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*), tendo o seu impacto na margem financeira sido parcialmente compensado pela liquidação de uma emissão de obrigações hipotecárias em maio de 2022.

O desempenho da margem financeira na atividade em Portugal foi ainda influenciado pelo impacto dos proveitos, registados nos primeiros nove meses de 2022, associados ao financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, através da participação nas operações de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO). Na sequência do reembolso antecipado em dezembro de 2022 e uma parcela remanescente em janeiro de 2023, estas operações já não tiveram um impacto material nos primeiros nove meses de 2023. Em contrapartida, salienta-se o aumento na margem financeira decorrente das aplicações de liquidez junto do Banco de Portugal. Por último, refira-se o impacto do aumento do custo dos recursos de outras instituições de crédito, líquido dos juros das aplicações de excedentes de liquidez junto destas instituições, refletindo a evolução das taxas de juro verificada no período em análise.

Na atividade internacional, a margem financeira aumentou 16,5% face aos 875,0 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2022, ascendendo a 1.019,7 milhões de euros no mesmo período do ano corrente.

Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente ao desempenho da subsidiária polaca, impulsionado pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência verificados entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022, sendo que na subsidiária em Moçambique a margem financeira também registou um aumento, ainda que de menor dimensão, afetada pelo expressivo aumento do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira subiu de 2,38% nos primeiros nove meses de 2022 para 3,39% no mesmo período de 2023, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, onde evoluiu de 1,45% para 2,59%, quer da atividade internacional cujo aumento foi de 4,66% para 5,06%.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, evoluíram de 46,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 48,8 milhões de euros no mesmo período de 2023. Apesar da variação não ser muito significativa, importa salientar que a mesma resultou de desempenhos opostos no que se refere a cada uma das rubricas que compõe este agregado. Com efeito, enquanto os resultados por equivalência patrimonial aumentaram 26,5% (10,0 milhões de euros) nos últimos doze meses, totalizando 47,6 milhões de euros no final de setembro de 2023, os rendimentos de instrumentos de capital registaram uma quebra significativa, de 9,3 milhões de euros para 1,2 milhões de euros, no mesmo período.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital ascenderam a 45,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, que compara com 47,1 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Os rendimentos de instrumentos de capital diminuíram significativamente, de 8,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 0,5 milhões de euros no final de setembro do ano corrente, enquanto os resultados por equivalência patrimonial apresentaram um crescimento, de 38,6 milhões de euros para 45,2 milhões de euros no mesmo período, impulsionados pelo maior contributo associado à participação na Millenniumbcp Ageas. De referir que na sequência da adoção, em 1 de janeiro de 2023, da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro por parte da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbc Ageas), entidade detida a 49% pelo Grupo, o montante associado aos resultados por equivalência patrimonial da Mbc Ageas, referente aos primeiros nove meses de 2022, foi reexpresso, cumprindo assim a exigência de informação comparativa. Esta reexpressão traduziu-se num ajustamento de 7,4 milhões de euros, de 25,5 milhões de euros para 18,1 milhões de euros, nos resultados por equivalência patrimonial provenientes da Mbc Ageas nos primeiros nove meses de 2022, que compara com 30,8 milhões de euros registados em igual período de 2023. O impacto dos resultados da Mbc Ageas na evolução desta rubrica foi atenuado pelos menores rendimentos gerados

pelas participações na Unicre e na SIBS nos primeiros nove meses de 2023 face ao montante registado nos primeiros nove meses de 2022.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, totalizaram 3,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, evoluindo favoravelmente face aos 0,3 milhões de euros negativos apurados em igual período do ano anterior, devido sobretudo aos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Nos primeiros nove meses de 2023, as comissões líquidas totalizaram 578,5 milhões de euros, ligeiramente acima (+0,8%) do montante registado um ano antes.

As comissões bancárias cifraram-se em 499,7 milhões de euros, situando-se 0,9% acima do montante alcançado nos primeiros nove meses de 2022, refletindo o contributo da atividade internacional, uma vez que na atividade em Portugal este tipo de comissões permaneceu estável face ao período homólogo do ano anterior. As comissões relacionadas com mercados, por sua vez, também se mantiveram num patamar semelhante ao verificado nos primeiros nove meses de 2022, fixando-se em 78,7 milhões de euros no final de setembro de 2023, com o aumento registado na atividade em Portugal a ser absorvido quase integralmente pela redução verificada na atividade internacional, nomeadamente na subsidiária polaca.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas revelaram-se ligeiramente superiores (+0,5%) face ao montante registado nos primeiros nove meses de 2022, ascendendo a 419,8 milhões de euros no final de setembro de 2023. Para este desempenho contribuiu a evolução das comissões relacionadas com os mercados financeiros, que aumentaram 2,1% (1,4 milhões de euros) neste período, fixando-se em 64,5 milhões de euros no final de setembro de 2023. As comissões relacionadas com o negócio bancário, por sua vez, totalizaram 355,4 milhões de euros, permanecendo em linha com o montante alcançado em setembro de 2022, na medida em que o crescimento das comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, conjuntamente com o aumento das comissões de gestão e manutenção de contas, mais do que compensou a quebra verificada nas comissões relacionadas com crédito e garantias. Esta evolução evidencia, por um lado, o aumento dos níveis de transacionalidade, a dinâmica de captação de novos clientes e a gestão eficaz das propostas de valor e por outro, o impacto da menor produção de crédito no contexto atual, conjuntamente com as restrições legais entretanto impostas.

Na atividade internacional, as comissões líquidas totalizaram 158,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, situando-se 1,6% acima dos 156,1 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. As comissões relacionadas com o negócio bancário aumentaram 2,6%, ascendendo a 144,4 milhões de euros no final de setembro de 2023, refletindo sobretudo o crescimento registado na operação em Moçambique. No que respeita às comissões relacionadas com mercados, na atividade internacional, assistiu-se a uma redução, de 15,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 14,2 milhões de euros em igual período de 2023, devido ao desempenho da subsidiária polaca, uma vez que na subsidiária moçambicana este tipo de comissões não assume um montante materialmente relevante.

COMISSÕES LÍQUIDAS ⁽¹⁾

Milhões de euros

	9M23	9M22	Var. 23/22
COMISSÕES BANCÁRIAS	499,7	495,3	0,9 %
Cartões e transferências de valores	187,7	168,7	11,2 %
Crédito e garantias	95,0	105,2	(9,8 %)
<i>Bancassurance</i>	91,1	89,0	2,4 %
Gestão e manutenção de contas	119,5	124,5	(4,0 %)
Outras comissões	6,4	7,8	(17,4 %)
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	78,7	78,5	0,2 %
Operações sobre títulos	26,9	27,4	(1,9 %)
Gestão e distribuição de ativos	51,8	51,1	1,3 %
	578,5	573,8	0,8 %
das quais:			
Atividade em Portugal	419,8	417,7	0,5 %
Atividade internacional	158,6	156,1	1,6 %

(1) Nos primeiros nove meses de 2023 foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos relativos aos primeiros nove meses de 2022 das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. O montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores mantém-se inalterado.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Nos primeiros nove meses de 2023, os resultados em operações financeiras ascenderam a 104,4 milhões de euros, apresentando um crescimento expressivo face aos 74,9 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução inclui os ganhos reconhecidos, nesta rubrica, com a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. pelo Bank Millennium na Polónia, no âmbito da parceria estratégica na área de *bancassurance* (117,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2023, considerados como itens específicos).

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras cifraram-se em 17,8 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses de 2023, situando-se muito aquém dos 98,9 milhões de euros apurados no mesmo período de 2022. Este desempenho decorreu, em grande parte, do contributo associado à carteira de títulos, devido sobretudo aos ganhos reconhecidos nos primeiros nove meses do ano anterior com a alienação de títulos de dívida pública estrangeira, que não se verificaram no mesmo período do ano corrente. O desempenho dos resultados em operações financeiras, na atividade em Portugal, foi ainda influenciado pelos custos apurados com a alienação de créditos nos primeiros nove meses de 2023, a contrastar com os proveitos reconhecidos no mesmo período do ano anterior.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras apresentaram um crescimento muito significativo ao evoluir das perdas de 23,9 milhões de euros apuradas nos primeiros nove meses de 2022, para ganhos de 122,3 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano corrente.

Este desempenho foi determinado pelo reconhecimento, nos primeiros nove meses de 2023, dos ganhos obtidos pela subsidiária polaca com a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., que conforme referido anteriormente totalizaram 117,8 milhões de euros nesta rubrica, tendo sido considerados itens específicos.

Adicionalmente, a redução dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, de 69,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 42,8 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano corrente também contribuiu, ainda que numa menor dimensão, para o desempenho favorável dos resultados em operações financeiras.

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos⁷ incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Nos primeiros nove meses de 2023, os outros proveitos de exploração líquidos fixaram-se em 56,5 milhões de euros negativos, evidenciando uma melhoria significativa face aos 176,8 milhões de euros também negativos apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pela redução das contribuições obrigatórias a que o Grupo esteve sujeito, particularmente expressiva na subsidiária polaca.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos também evoluíram favoravelmente, de 71,3 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses de 2022, para 66,7 milhões de euros também negativos no mesmo período do ano corrente. A redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias, foi igualmente decisiva para este desempenho, pese embora o seu impacto tenha sido em grande medida absorvido pelos menores ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda face ao montante reconhecido nos primeiros nove meses de 2022.

A evolução do montante global das contribuições obrigatórias na atividade em Portugal, de 88,5 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2022 para 72,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, ficou a dever-se, maioritariamente à redução das contribuições exigidas para o Fundo de Resolução Nacional (FRN) e para o Fundo Único de Resolução (FUR). Com efeito, a contribuição para o FRN diminuiu cerca de 50%, para 9,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, devido, sobretudo, à redução da taxa de contribuição, de 0,057% em 2022 para 0,029% em 2023. O custo com a contribuição para o Fundo Único de Resolução (FUR), por sua vez, passou de 25,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 17,7 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, refletindo as menores necessidades de reforço do FUR determinadas pelo Conselho Único de Resolução (CUR) e ainda o aumento de 15,0% para 22,5%, da proporção suscetível de ser satisfeita mediante compromissos irrevogáveis de pagamento, reduzindo assim o impacto sobre a conta de exploração das instituições.

De salientar que do montante total dos custos reconhecidos com contribuições obrigatórias na atividade em Portugal, nos primeiros nove meses de 2023, 54,3 milhões de euros referem-se a contribuições destinadas a entidades nacionais (62,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022).

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos totalizaram 10,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, apresentando uma melhoria muito expressiva face aos 105,5 milhões de euros negativos reconhecidos no mesmo período de 2022. Para esta evolução foi decisiva a redução em cerca de 90% (de 121,1 milhões de euros para 13,1 milhões de euros) das contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca esteve sujeita.

Esta redução das contribuições obrigatórias ficou a dever-se, em grande parte, à contribuição, suportada em junho de 2022, associada ao então criado fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), que ascendeu a 59,1 milhões de euros, inexistente em 2023. Adicionalmente, na sequência da contribuição para o IPS, encontra-se suspensa a contribuição para o fundo de garantia de depósitos do Bank Millennium, que apenas suportou os custos com este fundo até ao primeiro trimestre de 2022, inclusive, correspondendo a 8,0 milhões de euros. A evolução das contribuições obrigatórias beneficiou ainda da suspensão do pagamento do imposto especial sobre o sector bancário polaco, na sequência da ativação, no início do segundo semestre de 2022, do Plano de Recuperação do Bank Millennium (reconhecidos 36,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022). Os encargos com o fundo de resolução reconhecidos nos primeiros nove meses de 2023, por sua vez, também se situaram aquém do montante reconhecido no período homólogo do ano anterior (13,1 milhões de euros vs 17,9 milhões de euros, respetivamente).

Para além da redução dos encargos com as contribuições obrigatórias da subsidiária polaca, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos na atividade internacional beneficiou também, ainda que numa menor dimensão, do ganho de 9,2 milhões de euros, considerado um item específico, associado à reavaliação da participação minoritária

⁷ No quarto trimestre de 2022, os montantes associados a modificações contratuais, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, até então considerados como outros proveitos de exploração líquidos, foram reclassificados passando a ser reconhecidos em resultados de modificações. Os valores históricos referentes aos primeiros nove meses de 2022 considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. Os montantes reclassificados nos primeiros nove meses de 2022 ascenderam a 14,0 milhões de euros.

(20%) que o Bank Millennium na Polónia manteve na sequência da venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., no primeiro trimestre de 2023.

Inversamente, o desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos foi influenciado negativamente pelos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira que, nesta rubrica, evoluíram de um proveito de 24,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 para um proveito de 8,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023. Este desempenho reflete o aumento quer dos custos judiciais relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium, que visam sobretudo reclamar a devolução dos custos associados à utilização do capital, por parte dos clientes, durante o período dos respetivos empréstimos, quer dos custos decorrentes das negociações com clientes. Por outro lado, os proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. aumentaram, de 31,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022, para 34,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023.

CUSTOS OPERACIONAIS

No final de setembro de 2023, os custos operacionais totalizaram 854,6 milhões de euros, situando-se 8,5% acima dos 787,4 milhões de euros apurados no período homólogo de 2022, fortemente condicionados pelas taxas de inflação verificadas nas diversas geografias em que o Banco opera.

Esta evolução reflete o aumento quer dos custos com o pessoal, quer dos outros gastos administrativos, em ambos os casos verificado tanto na atividade em Portugal como, de forma mais relevante, na atividade internacional, onde se revelou mais expressivo devido essencialmente ao desempenho da subsidiária polaca.

Em termos consolidados, esta evolução reflete o aumento de 8,4% (36,2 milhões de euros) dos custos com o pessoal e a subida de 12,6% (31,6 milhões de euros) nos outros gastos administrativos. As amortizações do exercício, por sua vez, apresentaram uma redução pouco expressiva de 0,6% (0,6 milhões de euros).

Apesar dos custos operacionais se terem revelado superiores face ao montante contabilizado nos primeiros nove meses de 2022, o aumento evidenciado quer no produto bancário, quer nos proveitos *core*, permitiu uma melhoria significativa dos rácios de eficiência e de eficiência *core* que evoluíram, respetivamente, de 38,1% para 30,6% e de 37,1% para 31,7% no período em análise.

Os valores apresentados incluem os itens específicos⁸ considerados em cada um dos períodos. Excluindo os itens específicos, os custos operacionais evoluíram de 781,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 para 842,4 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. O rácio de eficiência situou-se em 31,6% e o rácio de eficiência *core* em 31,2%, que comparam respetivamente com 37,8% e 36,9% apurados nos primeiros nove meses de 2022.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais totalizaram 460,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023 situando-se 3,5% acima dos 444,2 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução reflete o aumento de 5,0% (12,7 milhões de euros) registado nos custos com o pessoal e a subida de 5,3% (7,1 milhões de euros) dos outros gastos administrativos, refletindo os níveis de inflação verificados. As amortizações do exercício, por sua vez, apresentaram uma quebra de 6,8%, correspondente a 4,0 milhões de euros.

Entre o final de setembro de 2022 e o final de setembro de 2023, os rácios de eficiência e de eficiência *core* na atividade em Portugal evoluíram favoravelmente de 38,2% para 31,1%, e de 40,8% para 30,3%, respetivamente.

⁸ Nos primeiros nove meses de 2023, os itens específicos tiveram um impacto positivo de 114,7 milhões de euros, que inclui proveitos no montante de 127,0 milhões de euros provenientes da subsidiária polaca, associados à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. (117,8 milhões de euros reconhecidos em resultados em operações financeiras e 9,2 milhões de euros reconhecidos em outros proveitos de exploração líquidos) e custos de 12,2 milhões de euros reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal: (i) custos relacionados com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017; (ii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores; (iii) custos com saídas de colaboradores e (iv) um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco. Nos primeiros nove meses de 2022, o impacto foi negativo no montante de 6,1 milhões de euros, sobretudo relacionado com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017.

Não considerando os itens específicos⁸, os custos operacionais na atividade em Portugal apenas aumentaram 2,2% no período em análise, de 438,2 milhões de euros para 447,8 milhões de euros, traduzindo-se num rácio de eficiência de 30,3% e num rácio de eficiência *core* de 29,5%, valores que comparam respetivamente com 37,7% e 40,3% apurados nos primeiros nove meses de 2022.

Na atividade internacional, os custos operacionais ascenderam a 394,6 milhões de euros, 15,0% acima dos 343,2 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2022, refletindo em grande parte, a inflação registada nos doze últimos meses, tanto na subsidiária em Moçambique, como principalmente, na subsidiária polaca, dada a sua maior expressão. Os outros gastos administrativos e os custos com o pessoal aumentaram 20,8% (24,5 milhões de euros) e 13,0% (23,5 milhões de euros) respetivamente, enquanto as amortizações do exercício se situaram 7,6% (3,4 milhões de euros) acima do montante registado um ano antes.

Importa, no entanto, salientar que o crescimento do produto bancário mais do que compensou a subida dos custos operacionais, permitindo que o rácio de eficiência, na atividade internacional, apresentasse uma evolução favorável de 38,1% nos primeiros nove meses de 2022, para 30,0% (33,2%, excluindo os itens específicos⁸) no mesmo período de 2023. De igual modo, com o aumento dos proveitos *core*, o rácio de eficiência *core* na atividade internacional permaneceu praticamente inalterado, evoluindo no mesmo período de 33,3% para 33,5%.

CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal totalizaram 468,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, situando-se 8,4% acima dos 431,8 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao desempenho da atividade internacional.

Os montantes apresentados incluem os itens específicos considerados em cada um dos períodos, na atividade em Portugal. Nos primeiros nove meses de 2023, os itens específicos tiveram um impacto negativo de 12,2 milhões de euros, incluindo custos relacionados com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017 através da distribuição de parte dos resultados de 2022 pelos colaboradores do Banco, custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores, custos com saídas de colaboradores e um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco. Nos primeiros nove meses de 2022, o impacto também foi negativo no montante de 6,1 milhões de euros, sobretudo relacionado com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017 através da distribuição de parte dos resultados de 2021 pelos colaboradores do Banco.

Excluindo os itens específicos, os custos com o pessoal do Grupo cifraram-se em 455,8 milhões de euros, que compara com 425,8 milhões de euros contabilizados no final de setembro de 2022.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal ascenderam a 264,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, situando-se 5,0% acima dos 251,5 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Não considerando o impacto dos itens específicos o aumento foi de 2,7% no mesmo período, de 245,5 milhões de euros para 252,0 milhões de euros.

Após a implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo em 2021, o número de colaboradores na atividade em Portugal permaneceu estável, fixando-se em 6.275 colaboradores no final de setembro de 2023 (6.257 colaboradores em 30 de setembro de 2022). De referir, no entanto, que o Banco continuou a responder às necessidades atuais através da contratação de novos colaboradores com competências específicas, nomeadamente no digital e novas tecnologias.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal totalizaram 203,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, situando-se 13,0% acima dos 180,3 milhões de euros apurados no mesmo período de 2022. Para esta evolução contribuiu sobretudo o aumento de salários registado na subsidiária polaca, determinado pela forte pressão decorrente quer dos níveis de inflação verificados, quer das características do mercado de trabalho polaco, nomeadamente das taxas de desemprego muito baixas que se verificam no país.

Em 30 de setembro de 2023, o quadro de pessoal da atividade internacional era composto por 9.458 colaboradores, que compara com 9.404 colaboradores existentes na mesma data de 2022. Esta evolução reflete essencialmente o aumento do número de colaboradores na operação em Moçambique, de 2.507 colaboradores em 30 de setembro de 2022 para 2.559 no final de setembro de 2023. A subsidiária polaca, por sua vez, terminou o mês de setembro de 2023 com 6.899 colaboradores, mais 2 colaboradores que no final de setembro de 2022 (correspondendo a 6.776 FTE - *full time equivalent* vs 6.778 FTE - *full time equivalent*, respetivamente).

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Os outros gastos administrativos totalizaram 283,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, situando-se 12,6% acima dos 251,8 milhões de euros contabilizados no mesmo período de 2022. Não obstante a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, esta evolução foi condicionada pelas taxas de inflação verificadas nas diversas geografias em que o Banco opera, com maior impacto na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 140,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, correspondendo a um aumento de 5,3% face aos 133,5 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução reflete, sobretudo, o aumento dos custos associados a *outsourcing*, informática e estudos e consultas, parcialmente compensado pelas poupanças obtidas em custos com água, energia e combustíveis, decorrentes quer da redução do preço da energia quer de uma gestão eficiente do consumo. O redimensionamento da rede de sucursais que, na atividade em Portugal, evoluiu de 408 sucursais, no final de setembro de 2022, para 400 sucursais na mesma data de 2023, por sua vez, também teve um impacto positivo na generalidade das rubricas que compõem os outros gastos administrativos.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos situaram-se 20,8% acima dos 118,2 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2022, totalizando 142,8 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. O aumento generalizado dos preços fez-se sentir tanto na subsidiária polaca, como na subsidiária em Moçambique, pese embora o mesmo tenha sido mais expressivo na subsidiária polaca. Por outro lado, a subsidiária polaca continuou a beneficiar das sinergias obtidas na sequência da otimização da sua rede de sucursais, cujo número evoluiu das 633 sucursais existentes em 30 de setembro de 2022, para 615 sucursais no final de setembro de 2023. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou os primeiros nove meses de 2023 com 196 sucursais, menos uma apenas que na mesma data do ano anterior.

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos primeiros nove meses de 2023, as amortizações do exercício cifraram-se em 103,2 milhões de euros, mantendo-se em linha (-0,6 %) com o montante contabilizado no mesmo período do ano anterior.

Nesta evolução importa, no entanto, referir o desempenho favorável da atividade em Portugal, onde as amortizações apresentaram uma redução de 6,8%, de 59,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022 para 55,1 milhões de euros no final de setembro de 2023, sendo que o seu impacto foi absorvido quase integralmente pelo aumento de 7,6% verificado na atividade internacional, de 44,7 milhões de euros, para 48,1 milhões de euros no mesmo período.

CUSTOS OPERACIONAIS

	9M23	9M22	Var. 23/22
			Milhões de euros
Custos com o pessoal	468,0	431,8	8,4 %
Outros gastos administrativos	283,4	251,8	12,6 %
Amortizações do exercício	103,2	103,9	(0,6 %)
CUSTOS OPERACIONAIS	854,6	787,4	8,5 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	460,0	444,2	3,5 %
Atividade internacional	394,6	343,2	15,0 %

RESULTADOS DE MODIFICAÇÕES

No quarto trimestre de 2022, o Banco procedeu à reclassificação do montante associado aos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*⁹) na Polónia, promulgado em julho desse mesmo ano, que se encontrava contabilizado em outras imparidades e provisões, passando a reconhecer estes custos como resultados de modificações. Desde então, esta rubrica passou também a incluir modificações contratuais, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, de acordo com a IFRS9. No presente documento, os montantes referentes aos primeiros nove meses de 2022 foram reclassificados, divergindo, assim, dos valores contabilísticos divulgados.

Assim, nos primeiros nove meses de 2023, os resultados de modificações totalizaram 14,8 milhões de euros negativos, que compara com 318,6 milhões de euros também negativos apurados no período homólogo do ano anterior. Em ambos os períodos, os montantes apurados estão associados a modificações contratuais, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca. O montante reconhecido nos primeiros nove meses de 2022 resulta maioritariamente da reclassificação do montante associado aos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*). Com efeito, o Banco estimou o impacto máximo da implementação deste programa se todos os mutuários elegíveis viessem a utilizar este instrumento, tendo reconhecido antecipadamente 80% dos respetivos custos nos resultados do terceiro trimestre de 2022, correspondendo a 304,6 milhões de euros. De referir que, no quarto trimestre de 2022, foi efetuada uma revisão em baixa tendo o custo total estimado das moratórias de crédito sido reduzido, com impacto positivo nos resultados do quarto trimestre do ano.

IMPARIDADE DO CRÉDITO

Nos primeiros nove meses de 2023, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) fixaram-se em 211,4 milhões de euros, situando-se 12,3% abaixo dos 241,2 milhões de euros contabilizados no período homólogo do ano anterior, devido ao desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) cifraram-se em 157,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, apresentando uma redução de 9,4% face aos 174,1 milhões de euros reconhecidos em igual período do anterior. Este desempenho reflete uma melhoria no perfil de risco da carteira de crédito, beneficiando ao mesmo tempo da recuperação de relevantes *non-performing exposures*.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) fixaram-se em 53,7 milhões de euros no final de setembro de 2023, correspondendo a uma redução de 19,9% face aos 67,1 milhões de euros reconhecidos nos primeiros nove meses de 2022, devido sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca.

⁹ Na sequência da assinatura pelo Presidente da República da Polónia da Lei de 7 de julho de 2022 sobre *crowdfunding* para *business ventures* e assistência a mutuários, foi introduzido, entre outros, o acesso a moratórias (*credit holidays*) de até oito meses em 2022-2023 para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlotis.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações), em termos consolidados, permitiu que o custo do risco do Grupo, líquido de recuperações, registasse uma melhoria em relação aos 55 pontos base observados nos primeiros nove meses de 2022, fixando-se em 50 pontos base no mesmo período do ano corrente. O desempenho favorável do custo do risco verificou-se quer na atividade em Portugal, onde se registou uma quebra, de 57 pontos base para 53 pontos base, quer principalmente na atividade internacional, onde o custo do risco líquido de recuperações se fixou em 42 pontos base nos primeiros nove meses de 2023, significativamente abaixo dos 51 pontos base apurados nos primeiros nove meses de 2022.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

As outras imparidades e provisões totalizaram 602,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, situando-se 13,2% acima dos 532,4 milhões de euros registados um ano antes. Para esta evolução contribuiu fortemente a provisão adicional constituída pela filial polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira que ascendeu a 516,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023 vs 323,9 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Por outro lado, o facto de, em junho de 2022, terem sido constituídas imparidades para o *goodwill* da subsidiária polaca, no montante de 102,3 milhões de euros, atenuou o aumento das outras imparidades e provisões do Grupo observado entre os dois períodos.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões cifraram-se em 74,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, situando-se 25,6% abaixo dos 99,7 milhões de euros reconhecidos no mesmo período do ano anterior. Nesta evolução importa salientar a redução significativa da imparidade dos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos por recuperação, sendo que as provisões para outros riscos e encargos também apresentaram uma redução considerável face a setembro de 2022.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 528,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, 22,1% acima dos 432,7 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

Este desempenho ficou a dever-se ao já referido aumento da provisão constituída pela filial polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, refletindo o impacto estimado da decisão desfavorável do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) no que respeita a estes créditos e a inclusão de ajustes de conservadorismo na metodologia de cálculo das provisões, por forma a antecipar potenciais tendências negativas associadas aos mesmos. Deve referir-se, no entanto, que o impacto destas provisões extraordinárias foi mitigado pelo reconhecimento de proveitos, refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. (34,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023 e 31,4 milhões de euros no período homólogo de 2022).

Por outro lado, a evolução das outras imparidades e provisões na atividade internacional foi influenciada pelo facto de o valor de 2022 incluir a imparidade referente à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium, conforme referido anteriormente.

IMPOSTOS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a 387,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2023, montante que compara com 208,6 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, nos primeiros nove meses de 2023, impostos correntes de 172,7 milhões de euros (75,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022) e impostos diferidos no montante de 214,7 milhões de euros (133,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2022).

Os gastos com a redução de ativos por impostos diferidos nos primeiros nove meses de 2023 decorrem sobretudo do resultado do período da atividade em Portugal, encontrando-se também influenciados por tributos sobre o setor bancário e provisões para outros riscos e encargos, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais.

Os gastos por impostos correntes nos primeiros nove meses de 2023 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais, ao nível da subsidiária polaca.

BALANÇO

ATIVO TOTAL

O ativo total do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 91.169 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, evidenciando um decréscimo de 6,1% face aos 97.135 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, sendo esta evolução determinada pela redução do ativo na atividade em Portugal, que foi parcialmente compensada pelo aumento registado na atividade internacional.

O desempenho da atividade em Portugal traduziu-se num decréscimo de 13,7% do ativo total, face aos 71.370 milhões de euros registados em 30 de setembro de 2022, tendo-se fixado em 61.589 milhões de euros na mesma data do corrente ano. A diminuição das aplicações de crédito em Bancos Centrais, justificou em larga medida a redução de ativo. Adicionalmente, mas numa menor extensão, a referida evolução também é explicada pelas diminuições na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade), nos outros ativos, nos derivados de cobertura e nos ativos não correntes detidos para venda. Inversamente, registaram-se aumentos nas disponibilidades em Bancos Centrais e na carteira de títulos.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 29.580 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, evidenciando um aumento de 14,8% face ao período homólogo (25.765 milhões de euros registados em 30 de setembro de 2022). Esta evolução reflete sobretudo o aumento do total do ativo da subsidiária polaca, impulsionado principalmente pelo aumento observado na carteira de títulos, parcialmente anulado pela diminuição das disponibilidades em Bancos Centrais. Por sua vez, o total do ativo da subsidiária de Moçambique registou um decréscimo face ao ano anterior devido à redução nas aplicações em Bancos Centrais e outras instituições de crédito, parcialmente compensada pelo aumento nas disponibilidades em Bancos Centrais (aumento do requisito local de reservas de caixa).

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito (bruto) consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 56.665 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, situando-se 3,3% abaixo dos 58.622 milhões de euros registados no final dos primeiros nove meses do ano anterior. Esta evolução reflete as reduções verificadas na atividade em Portugal e na atividade internacional, embora neste último caso a redução tenha sido de menor magnitude.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 39.400 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, situando-se 4,0% abaixo dos 41.030 milhões de euros apurados no final dos primeiros nove meses de 2022. A carteira de crédito concedido a empresas registou uma redução de 1.593 milhões de euros face ao final dos primeiros nove meses de 2022, num contexto de menor procura de crédito em virtude das taxas de juro mais elevadas, adiamentos e atrasos em projetos de investimento e, também, redução de *stock* de NPE neste segmento. O crédito a particulares registou uma redução ligeira no montante de 36 milhões de euros face ao período homólogo, tendo sido observada uma quebra no crédito hipotecário (menos 96 milhões de euros) no âmbito de uma menor procura de novos créditos hipotecários devido a taxas de juros mais altas e de um maior ritmo de amortizações antecipadas de créditos hipotecários já existentes, parcialmente mitigada pelo aumento registado no crédito pessoal (mais 59 milhões de euros).

Na atividade internacional, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 17.265 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, ficando 1,9% abaixo dos 17.593 milhões de euros registados no final dos primeiros nove meses de 2022. O crédito a empresas registou uma redução de 414 milhões de euros face ao período homólogo, devido à contração de crédito registada na subsidiária polaca, explicada em parte pela implementação do plano de otimização dos riscos ponderados e dos rácios de capital e à redução do crédito a empresas na subsidiária em Moçambique, embora nesta última geografia a redução registada tenha sido menor. Por sua vez, a carteira de crédito a particulares evidenciou um ligeiro aumento de 87 milhões de euros face ao período homólogo, sendo esta evolução impulsionada pelo aumento do crédito pessoal observado nas duas geografias (aumento mais significativo na subsidiária polaca), que

foi parcialmente anulado pela redução no crédito hipotecário na subsidiária polaca, uma vez que na subsidiária de Moçambique este segmento de negócio manteve-se estável.

Ainda no que diz respeito à atividade internacional, a carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira, registada na subsidiária polaca, que é maioritariamente denominada em francos suíços, continuou a evidenciar uma tendência de descida relevante, passando de 1.722 milhões de euros em 30 de setembro de 2022 para 862 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, representando 10,2% e 5,2% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 2,9% e 1,5% da carteira de crédito total consolidado, no final dos primeiros nove meses de 2022 e 2023, respetivamente. Caso seja deduzida à referida carteira a parcela respeitante ao Euro Bank S.A. (cujo risco se encontra integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade), o montante da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira desceu de 1.575 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2022 para 767 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2023, representando 9,4% e 4,6% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 2,7% e 1,4% da carteira de crédito total consolidado nas referidas datas, respetivamente.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	Milhões de euros		
	30 set. 23	30 set. 22	Var. 23/22
PARTICULARES	33.902	33.852	0,1 %
Hipotecário	27.531	27.939	(1,5 %)
Pessoal	6.372	5.913	7,8 %
EMPRESAS	22.763	24.770	(8,1 %)
Serviços	8.097	8.728	(7,2 %)
Comércio	3.831	4.189	(8,6 %)
Construção	1.507	1.612	(6,5 %)
Outros	9.328	10.241	(8,9 %)
	56.665	58.622	(3,3 %)
do qual:			
Atividade em Portugal	39.400	41.030	(4,0 %)
Atividade internacional	17.265	17.593	(1,9 %)

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A qualidade da carteira de crédito continua a beneficiar do enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e das iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

Desde que eclodiu o conflito Rússia/Ucrânia, o Banco tem vindo a efetuar um acompanhamento dos potenciais impactos no desempenho da carteira de crédito. Tendo em consideração que não é possível perspetivar qual a evolução que o conflito conhecerá, é difícil determinar em toda a sua extensão as consequências económicas na atividade do Banco e nas perspetivas a curto/médio prazo.

Apesar do contexto económico complexo, a qualidade do crédito continua a registar globalmente uma evolução favorável, destacando-se a redução do montante de carteira de NPE, em termos consolidados, de 2.424 milhões de euros em 30 de setembro de 2022 para 2.026 milhões de euros em 30 de setembro de 2023 (menos 398 milhões de euros em termos consolidados, dos quais 344 milhões de euros são relativos à redução registada na atividade em Portugal).

O rácio de NPE (medido pela percentagem entre as *non performing exposures* e a carteira de crédito total), em termos consolidados, diminuiu de 4,1% no final dos primeiros nove meses de 2022 para 3,6% em 30 de setembro de 2023, devido sobretudo ao comportamento da atividade em Portugal, cujo rácio NPE fixou-se em 3,0% no final dos primeiros nove meses de 2023, o que compara com 3,7% registados no período homólogo.

Quanto aos graus de cobertura por imparidades, a cobertura de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, passou de 182,7% em 30 de setembro de 2022 para 195,7% em 30 de setembro de 2023. Adicionalmente, a cobertura de NPE por imparidade, em termos consolidados, aumentou substancialmente de 66,5% em 30 de setembro de 2022 para 76,6% no final dos primeiros nove meses de 2023 e, na atividade em Portugal, situou-se em 81,0% em 30 de setembro de 2023, ficando num patamar acima dos 65,9% registados em 30 de setembro de 2022.

O grau de cobertura da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca foi substancialmente reforçado de 41,3% em 30 de setembro de 2022 para 73,5% em 30 de setembro de 2023.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	30 set. 23	30 set. 22	Var. 23/22	30 set. 23	30 set. 22	Var. 23/22
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	56.665	58.622	(3,3 %)	39.400	41.030	(4,0 %)
Crédito vencido > 90 dias	529	641	(17,5 %)	220	296	(25,8 %)
Crédito vencido	629	730	(13,9 %)	230	308	(25,2 %)
Crédito reestruturado	1.775	2.093	(15,2 %)	1.235	1.571	(21,4 %)
NPL > 90 dias	793	882	(10,1 %)	394	446	(11,7 %)
NPE	2.026	2.424	(16,4 %)	1.192	1.537	(22,4 %)
Imparidade do crédito (balanço)	1.553	1.612	(3,7 %)	966	1.012	(4,6 %)
Imparidade NPE (balanço)	1.035	1.172	(11,7 %)	620	726	(14,6 %)
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	0,9 %	1,1 %		0,6 %	0,7 %	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,1 %	1,2 %		0,6 %	0,8 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	3,1 %	3,6 %		3,1 %	3,8 %	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,4 %	1,5 %		1,0 %	1,1 %	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	3,6 %	4,1 %		3,0 %	3,7 %	
Rácio NPE - EBA (inclui títulos e extra-patrimoniais)	2,3 %	2,7 %		2,2 %	2,5 %	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	293,8 %	251,6 %		440,0 %	342,1 %	
Cobertura do Crédito vencido	246,9 %	220,7 %		419,2 %	328,8 %	
Cobertura de NPL > 90 dias	195,7 %	182,7 %		245,4 %	227,1 %	
Cobertura de NPE	76,6 %	66,5 %		81,0 %	65,9 %	
Cobertura específica de NPE	51,1 %	48,3 %		52,0 %	47,2 %	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

RECURSOS TOTAIS

Os recursos totais de clientes evoluíram favoravelmente, apresentando um aumento de 1,4% face aos 91.069 milhões de euros apurados em 30 de setembro de 2022, fixando-se em 92.379 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2023, beneficiando do aumento registado na atividade internacional, apesar da redução verificada na atividade em Portugal. Neste período, observou-se um aumento dos recursos de balanço e uma redução dos recursos fora de balanço.

Os recursos de balanço aumentaram de 75.184 milhões de euros em 30 de setembro de 2022 para 76.876 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, devido sobretudo à expansão dos depósitos e outros recursos de clientes, que em termos consolidados registaram um aumento de 1.691 milhões de euros face ao período homólogo devido ao desempenho positivo observado na atividade internacional, parcialmente mitigado pelo decréscimo registado na atividade em Portugal.

Os recursos fora de balanço apresentaram uma evolução negativa face ao ano anterior, apresentando uma redução de 383 milhões de euros, fixando-se em 15.502 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2023, devido à quebra registada na atividade em Portugal, em parte compensada pelo aumento verificado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os recursos totais cifraram-se em 65.639 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, apresentando uma redução de 2,3% face aos 67.173 milhões de euros registados no final dos primeiros nove meses do ano anterior. Esta evolução é explicada pela redução nos depósitos e outros recursos de clientes (menos 869 milhões de euros do que no período homólogo) e diminuição dos recursos fora de balanço (menos 666 milhões de euros do que

no período hómologo). No que diz respeito aos recursos fora de balanço, verificaram-se quebras nos seguros de poupança e investimento e nos ativos sob gestão, sendo a variação no primeiro segmento a mais pronunciada, em parte compensada pelo aumento nos ativos distribuídos.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes situaram-se em 26.740 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, apresentando um aumento de 11,9% em relação aos 23.896 milhões de euros apurados na mesma data de 2022, refletindo principalmente o contributo positivo da subsidiária polaca, parcialmente anulado pelo decréscimo registado na subsidiária em Moçambique.

Os recursos de balanço na atividade internacional fixaram-se em 25.134 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, 11,3% acima dos 22.574 milhões de euros registados no final dos primeiros nove meses do ano anterior, sendo esta evolução explicada pelo aumento dos depósitos e outros recursos de clientes na subsidiária polaca. Inversamente, na subsidiária em Moçambique foi registada uma redução dos depósitos e outros recursos de clientes.

Os recursos fora de balanço na atividade internacional registaram um aumento (mais 283 milhões de euros face a 30 de setembro de 2022), tendo-se fixado em 1.605 milhões de euros no final dos primeiros nove meses do ano de 2023. Este aumento verificou-se essencialmente nos ativos sob gestão e também nos ativos distribuídos, parcialmente compensado por uma ligeira diminuição nos seguros de poupança e investimento.

Em 30 de setembro de 2023, os recursos de clientes de balanço e os depósitos e outros recursos de clientes, em termos consolidados, representavam 83,2% e 81,8% dos recursos totais de clientes (82,6% e 81,1% respetivamente em 30 de setembro de 2022).

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 73,0% em 30 de setembro de 2023, sendo que o mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 71,7%. Ambos os rácios apresentam valores abaixo dos obtidos na mesma data do ano anterior, 77,2% e 75,8%, respetivamente.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros		
	30 set. 23	30 set. 22	Var. 23/22
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	76.876	75.184	2,3 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.534	73.843	2,3 %
Débitos para com clientes titulados	1.343	1.341	0,1 %
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	15.502	15.885	(2,4 %)
Ativos sob gestão	5.240	5.071	3,3 %
Ativos distribuídos	5.519	5.166	6,8 %
Seguros de poupança e investimento	4.743	5.649	(16,0 %)
	92.379	91.069	1,4 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	65.639	67.173	(2,3 %)
Atividade internacional	26.740	23.896	11,9 %

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos do Grupo, tal como definida no glossário, cifrou-se em 24.725 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, evidenciando um aumento de 5.189 milhões de euros em relação aos 19.536 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 27,1% do ativo total no final dos primeiros nove meses de 2023 (20,1% no final dos primeiros nove meses de 2022).

A carteira afeta à atividade em Portugal passou de 15.407 milhões de euros em 30 de setembro de 2022 para 15.639 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2023, sendo este aumento associado a um reforço da dívida pública da zona euro, nomeadamente da dívida pública francesa, belga e espanhola, compensando um menor nível de investimento em dívida pública portuguesa.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional foi substancialmente reforçada de 4.129 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2022, para 9.086 milhões de euros em 30 de setembro de 2023, na sequência do reforço de investimento em dívida pública de outros países da zona Euro, em dívida polaca e moçambicana.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Ao longo dos últimos doze meses, as três operações do Grupo mantiveram posições de liquidez robustas, suportadas sobretudo em bases de depósitos de retalho dotadas de comprovada estabilidade e que permitiram manter todos os indicadores de liquidez, regulatórios e internos, confortavelmente acima dos mínimos exigidos.

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*) atingiu 244%, em base consolidada, no final de setembro de 2023 (em comparação com 264% em 30 de setembro de 2022), representando um excedente de 13 mil milhões de euros (em comparação com 14 mil milhões de euros em 30 de setembro de 2022) muito acima do requisito mínimo regulamentar de 100%. Essa margem é suportada por carteiras de ativos altamente líquidos, cujo valor é compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo.

O Grupo reforçou a sua base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding* e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*; Artigo 428 do Regulamento (EU) 2019/876) apurado em 30 de setembro de 2023 se fixasse em 160% (153% em 30 de setembro de 2022).

Em 30 de setembro de 2023, o Grupo apresenta um perfil de liquidez estruturalmente confortável, com um rácio de transformação do crédito sobre depósitos de 73% (calculado conforme a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004) sendo que esse rácio havia sido de 77% em 30 de setembro de 2022, mostrando uma ligeira melhoria ao longo desse período.

Em Portugal, apesar da expressiva migração de depósitos ocorrida para produtos de poupança não bancários sobretudo no primeiro trimestre de 2023, o volume de depósitos de clientes denotou uma redução de apenas 1,7% entre setembro de 2022 e setembro de 2023. Com tal desempenho, o BCP prosseguiu o reforço sustentado da sua quota de mercado de depósitos, que em junho de 2023 cresceu em base anual 0,4 pp, para 19,0%, comprovando o valor da franquia do Banco.

Em setembro de 2023, após readquirir o estatuto de *investment grade* pelas quatro principais agências de *rating*, o BCP voltou ao mercado, colocando uma emissão de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 3 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do segundo ano, um preço de emissão de 99,825% e uma taxa de juro fixa de 5,625%, ao ano, durante os primeiros 2 anos (correspondente a um *spread* de 1,90% sobre a taxa *mid-swaps* de 2 anos). No terceiro ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 1,90%. A colocação da emissão foi feita numa base muito diversificada de investidores institucionais, tendo a procura superado em mais de 3 vezes o montante da operação. A elevada procura e o perfil dos investidores envolvidos na emissão possibilitaram o estreitamento do *spread* em 30 pontos base durante a fase de execução, refletindo também uma excelente resposta do mercado aos recentes *upgrades* do *rating* do Banco. O encaixe da emissão viria a ocorrer já no mês de outubro.

Anteriormente, por ordem cronológica e também com vista a assegurar o cumprimento dos requisitos de “MREL”, o Banco havia emitido em outubro de 2022 dívida preferencial sénior, num formato “3NC2” (emissão a três anos reembolsável antecipadamente ao segundo ano), no montante de 350 milhões de euros. Esta emissão, com cupão de 8,50% ao ano, foi realizada apesar das condições adversas de mercado. Em novembro de 2022, não tendo o Banco decidido exercer (em dezembro), a opção de reembolso antecipado de uma emissão subordinada de 300 milhões de euros, lançou uma oferta de troca no rácio de 1:1 para novas obrigações com cupão mais elevado e prazo mais longo. O montante da nova emissão foi fixado em 133,7 milhões de euros e cupão de 8,75% ao ano, correspondendo a um *spread* de 605,1 pontos base sobre *mid-swaps*.

Ainda em Portugal, e ao longo do período em análise, a liquidez acumulada na conta do Banco de Portugal em 2022 pela redução do *gap* comercial e pelo cumprimento do plano de emissões do MREL foi aplicada, por ordem de materialidade, no reembolso integral antecipado da Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada III (ORPA III, “T LTRO III” na abreviatura inglesa, no valor bruto de 8,15 mil milhões de euros) e no reforço das contas margem de derivados, cujas necessidades de provisionamento cresceram muito significativamente após o início da crise na Ucrânia e até final de 2022, iniciando então um processo de redução gradual ao longo dos primeiros nove meses de 2023.

O *buffer* de liquidez disponível para desconto no BCE situou-se em 30 de setembro de 2023 em 25,4 mil milhões de euros, 2,3 mil milhões de euros acima do verificado um ano antes, para o que contribuíram sobretudo a evolução favorável do *cash flow* gerado pela atividade e o *gap* comercial, que compensaram as evoluções em sentido contrário do reforço das contas margem de derivados e da reversão dos *haircuts* aplicáveis aos ativos elegíveis para os valores em vigor antes das medidas extraordinárias aplicadas na sequência da pandemia associada à COVID-19. O *buffer* de liquidez compreende àquela data uma posição longa de 1,0 mil milhões de euros sobre o BCE, que evoluiu de uma posição curta de 1,3 mil milhões de euros um ano antes.

Nos últimos doze meses, o Bank Millennium evidenciou um crescimento muito expressivo da sua base de depósitos de clientes (cerca de 14%). A posição de liquidez da operação foi ainda reforçada pela colocação em mercado de uma emissão *senior non preferred* de 500 milhões de euros (inicialmente colocada com um montante de 400 milhões de euros e subsequentemente aumentada num montante adicional de 100 milhões de euros), a quatro anos e com uma remuneração de 9,875%, que qualifica para efeitos de MREL, no cumprimento de mais uma etapa do plano de recuperação da instituição.

O Millennium bim continua a exibir uma posição de liquidez resiliente, suportada num *buffer* robusto descontável no respetivo banco central, apesar do forte aumento das taxas de reservas mínimas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira imposto pelo respetivo banco central no primeiro semestre de 2023.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 30 de setembro de 2023 fixou-se em 14,9% em *phased-in* e em *fully implemented*, refletindo uma variação de +329 e de +357 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 11,6% e 11,4% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* no mesmo período de 2022, confortavelmente acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2023 (CET1 9,41%, T1 11,38% e Total 14,00%) e em linha com os objetivos de solvabilidade de médio prazo.

A evolução dos rácios de capital no período continuou a ser condicionada significativamente pelos impactos no Bank Millennium relacionados com o aumento do provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira. No entanto, estes efeitos foram mais do que compensados pelo bom desempenho da atividade recorrente em Portugal, bem como pela gestão criteriosa e proativa do capital.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

	30 set. 23	30 set. 22
Milhões de euros		
FULLY IMPLEMENTED		
Fundos próprios		
Common Equity Tier 1 (CET1)	5.936	5.235
Tier 1	6.427	5.635
Fundos próprios totais	7.723	6.963
Riscos ponderados	39.711	45.997
Rácios de solvabilidade		
CET1	14,9 %	11,4 %
Tier 1	16,2 %	12,3 %
Total	19,4 %	15,1 %
PHASED-IN		
CET1	14,9 %	11,6 %

Nota: Os rácios de 30 de setembro de 2023 são estimados, incluindo os resultados líquidos positivos acumulados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2023

Durante os primeiros nove meses de 2023 e sob um contexto macroeconómico desafiante, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas.

O BCP fixou no dia 25 de setembro as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros tem um prazo de 3 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do segundo ano, um preço de emissão de 99,825% e uma taxa de juro fixa de 5,625%, ao ano, durante os primeiros 2 anos (correspondente a um *spread* de 1,90% sobre a taxa *mid-swaps* de 2 anos). No terceiro ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 1,90%.

A Fitch Ratings em 21 de setembro melhorou a notação de *rating* da dívida sénior preferencial para a categoria de *Investment Grade*. Este *upgrade* reflete a visão da Fitch Ratings sobre os rácios de capital do BCP, que aumentaram significativamente e para níveis considerados adequados. Esta melhoria foi suportada pelo aumento da rendibilidade, num contexto de taxas de juro mais elevadas, pela forte eficiência operacional e pela redução do risco de crédito em balanço. O *upgrade* reflete também a redução do risco legal associado à carteira de créditos denominados em francos suíços detidos pela subsidiária polaca. O *Outlook* do IDR de longo prazo é estável. A Fitch Ratings também reviu em alta os *ratings* atribuídos aos instrumentos de *Adittional Tier 1* e *Tier 2* do BCP em um *notch*.

A S&P Global Ratings em 12 de setembro melhorou a notação de *rating* da dívida sénior preferencial para a categoria de *Investment Grade*. Este *upgrade* reflete a visão da S&P Global Ratings sobre melhoria da qualidade creditícia do BCP em termos absolutos e relativamente aos seus *peers* por via da sólida geração interna de capital e da combinação de medidas extraordinárias que impulsionaram a melhoria da rendibilidade, suportada também em níveis de eficiência melhores que os seus *peers* e a expectativa que a eventual degradação da qualidade dos ativos será controlável. A notação de *rating* atribuída ao BCP incorpora potenciais riscos decorrentes da operação do grupo na Polónia e potenciais impactos nos resultados de 2023 e 2024. O *Outlook* de longo prazo é estável. A S&P Global Ratings também reviu em alta os *ratings* atribuídos aos instrumentos de *Adittional Tier 1* e *Tier 2* do BCP em dois *notches*.

O Banco Comercial Português, S.A. foi submetido ao teste de *stress* de 2023 na União Europeia (EU) conduzido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), em cooperação com o Banco de Portugal, o Banco Central Europeu (BCE) e o Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB). O Banco Comercial Português, S.A. tomou conhecimento dos comunicados da EBA sobre o teste de *stress* na UE em 28 de julho e reconhece os resultados deste exercício, abrangendo 70 bancos que, em conjunto, representam cerca de 75% do total de ativos bancários na União Europeia. O teste de *stress* de 2023 na UE não contém um limiar de aprovação/reprovação, tendo sido projetado para ser usado como uma importante fonte de informação para o processo de análise e avaliação pelo supervisor (*SREP-Supervisory Review and Evaluation Process*). Os resultados permitirão auxiliar as autoridades competentes na avaliação da capacidade do Banco Comercial Português, S.A. em cumprir os requisitos prudenciais aplicáveis em cenários adversos. O cenário adverso do teste de *stress* foi definido pelo BCE/ESRB e cobre um horizonte de três anos (2023-2025). O teste de *stress* foi realizado na premissa de o balanço a dezembro de 2022 permanecer inalterado e, consequentemente, não tem em consideração estratégias de negócio e ações de gestão futuras, não representando uma previsão de lucros do Banco Comercial Português, S.A. Na análise dos resultados dever-se-á ter em consideração que as projeções efetuadas com base no cenário adverso incorporaram um reforço significativo para provisões associadas ao risco legal relativo aos créditos indexados ao franco suíço no Bank Millennium na Polónia. Considerando os resultados do Banco Comercial Português, S.A., destacam-se os seguintes aspetos:

- da aplicação do cenário adverso resultou uma redução de 448 p.b. no rácio de capital CET1 *fully loaded* no final de 2025 face a dezembro de 2022, o que compara com uma redução média de 459 p.b. no universo dos 70 bancos submetidos a este exercício.
- da aplicação do cenário base resultou um aumento de 256 p.b. no rácio de capital CET1 *fully loaded* no final de 2025 face a dezembro de 2022, o que compara com um aumento médio de 136 p.b.

Millennium bcp foi considerado um líder climático na Europa pelo Financial Times e a Statista. O Banco integra pelo terceiro ano consecutivo o *ranking* “*Europe’s Climate Leaders 2023*” elaborado pelas duas instituições.

Banco Comercial Português, S.A. informou, em 12 de julho, sobre notificação pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da atualização do seu requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis (“MREL” ou “*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*”) conforme decisão do Conselho Único de Resolução.

A estratégia de resolução aplicada continuou a ser a de um ponto de entrada múltiplo (“MPE” ou “*Multiple Point of Entry*”). O requisito MREL a cumprir pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), a partir de 1 de janeiro de 2024 é de:

- 24,65% do montante total das posições em risco (“TREA” ou “*Total Risk Exposure Amount*”), a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios (“CBR” ou “*Combined Buffer Requirement*”) de 3,5%, assim correspondendo a um requisito total de 28,15%; e
- 6,71% da medida de exposição total (“LRE” ou “*Leverage Ratio Exposure Measure*”).

O Banco não está sujeito a qualquer requisito de subordinação.

De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL pode ser anualmente atualizado pelas autoridades competentes, pelo que estas metas substituem as anteriormente fixadas.

O BCP cumpria nessa data o requisito atualmente aplicável tanto em percentagem do TREA (incluindo também o CBR aplicável), como em percentagem da LRE.

Os requisitos de MREL comunicados para o grupo de resolução BCP acima descritos estão em linha com o Plano Estratégico 2021-24 e são acomodáveis pelo plano de *funding* em curso.

O Banco Comercial Português, S.A. realizou a Assembleia Geral Anual de Acionistas, em 24 de maio, por meios telemáticos e simultaneamente nas instalações do Banco, com a participação de Acionistas detentores de 64,29% do respetivo capital social, sendo de destacar as seguintes deliberações:

- Aprovação do Relatório de Gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2022, o Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, e o Relatório de Sustentabilidade, e aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2022;
- Aprovação da atualização da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e a revogação do regulamento de reforma dos Administradores Executivos;
- Aprovação da atualização da política de seleção e designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos, nos termos da legislação em vigor.

A S&P Global Ratings, a DBRS e a Moody’s reviram o *Outlook* para Positivo em 17 de abril, 24 de maio e 26 de maio, respetivamente.

A Fitch Ratings em 17 de março elevou o *rating* dos depósitos de longo prazo do BCP para ‘BBB-’ e o *Issuer Default Rating* de longo prazo para ‘BB+’, com *Outlook* estável. O *upgrade* dos *ratings* do BCP reflete, principalmente, a melhoria da qualidade dos ativos do banco, a melhoria dos níveis de capital e a resiliência da rendibilidade antes de imparidades, resultado de uma franquia líder em Portugal e de uma sólida eficiência operacional.

O Bank Millennium S.A. em 13 de fevereiro assinou o acordo para a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. e celebrou também determinados acordos relativos ao modelo de distribuição exclusiva de seguros, incluindo um acordo de cooperação, acordos de distribuição e de agenciamento. Em 29 de março de 2023, o Bank

Millennium S.A. informou que concluiu a transação, resultando no reconhecimento do correspondente resultado financeiro extraordinário positivo, no primeiro trimestre de 2023, de 597 milhões de zlotis antes de impostos (127 milhões de euros).

RECONHECIMENTO EXTERNO

- Millennium bcp e ActivoBank foram eleitos “Escolha do Consumidor” em 2023 nas categorias de “Grandes Bancos” e “Banco Digital”, respetivamente. O Millennium bcp foi distinguido pelo terceiro ano consecutivo enquanto o ActivoBank acumula cinco anos na liderança.
- Millennium bcp foi distinguido com o Prémio Cinco Estrelas 2023 na categoria de Grandes Bancos.
- Millennium bcp é líder no Programa Inovadora COTEC pelo terceiro ano consecutivo, com 54% de quota de mercado.
- Millennium bcp integrou pelo quarto ano o Bloomberg Gender-Equality Index, mantendo-se no grupo restrito das empresas que, a nível mundial, se têm destacado na implementação de políticas e práticas de igualdade de género, diversidade e inclusão.
- Millennium bcp foi distinguido na 12ª edição dos Euronext Lisbon Awards na categoria de *Local Market Member in Equity*.
- Millennium bcp distinguido como “Best Investment Bank” em Portugal pela Global Finance.
- O Millennium bcp voltou a ser distinguido como o Melhor Banco em *Marketing* e Serviços nas Redes Sociais (*Best Consumer Social Media Marketing and Services*) em Portugal em 2023, pela revista Global Finance.
- O Millennium bcp voltou a ser distinguido como o Melhor Banco em Segurança de Informação e Gestão de Fraudes em Portugal em 2023 (*The Best Consumer Information Security and Fraud Management in Portugal for 2023*), pela revista Global Finance.
- Millennium bcp distinguido como “The Best Consumer Lending in Portugal in 2023” pela revista Global Finance.
- Millennium bcp distinguido como o Melhor Banco em Portugal nos “Sustainable Finance Awards 2023” pela revista Global Finance.
- Millennium bcp distinguido como “Best Consumer Digital Bank” em Portugal, tendo a App sido considerada a “Best Consumer Mobile Banking App”, ambos pela Global Finance.
- App Millennium foi distinguida com os prémios “Produto do Ano” e “Prémio Cinco Estrelas”, na categoria de “Apps Bancárias”, distinções atribuídas pela Five Star Consulting Portugal e Consumer Choice.
- Millennium bcp distinguido como “Best Private Bank for Self-Directed Investments” na Europa pela revista Professional Wealth Management, uma publicação do Grupo Financial Times, no âmbito dos PWM Wealth Tech Awards 2023.
- Millennium bcp venceu o prémio APCC Contact Centers 2023 na categoria de melhor *Contact Center* de Banca em Portugal.
- Millennium bcp venceu o prémio Marketeer na categoria de Banca e Finanças.
- O *software* IziBizi, o primeiro *software* de Faturação e Gestão com Conta Bancária que funde o *software* de faturação e gestão Cloudware Business com a API de serviços financeiros e de Open Banking do Millennium bcp foi distinguido no “Fosun Group 2023 Semi Annual Awarding” com o “Most Innovative Product Award”. O IziBizi venceu também na categoria “Top Tech of the Future by a Bank” dos PayTech Awards 2023.
- ActivoBank foi eleito pelo segundo ano consecutivo “Powerful Brand” na categoria de *online banking*.
- Bank Millennium foi distinguido como “Melhor Banco na Polónia” em 2023 pela Global Finance.

- Bank Millennium foi distinguido como o “Melhor Banco Digital” (“*Best Digital Bank*”) na Polónia em 2023, pela revista Global Finance.
- Bank Millennium distinguido como o “Melhor Banco Digital” na Polónia para PMEs (*The Best Bank for SMEs in Poland for 2023*) pela revista Global Finance.
- Bank Millennium distinguido como o “*Best Consumer Mobile App*” na Polónia 2023, pela revista Global Finance.
- O *Contact Center* do Bank Millennium esteve em destaque no Polish Contact Center Awards 2023, tendo subido ao pódio seis vezes, naquele que é o maior evento do setor, que reconhece os melhores *contact centers* e o melhor serviço de atendimento ao Cliente na Polónia.
- O Bank Millennium ficou no Top 10 na 17ª edição do *Ranking* de Empresas Responsáveis (*Ranking of Responsible Companies*). O Bank Millennium voltou a estar entre os melhores, ocupando a sexta posição, na prestigiada lista das maiores empresas da Polónia avaliadas pela qualidade da gestão responsável de acordo com as diretrizes ESG.
- Bank Millennium conquistou a segunda posição no *ranking* “Melhores Empregadores da Polónia 2023”, na categoria Bancos e Serviços Financeiros, da Forbes em colaboração com a empresa Statista.
- Bank Millennium foi distinguido com o título Golden Bank 2023 pela melhor qualidade de serviço multicanal no *ranking* Golden Banker 2023. Este *ranking*, o maior do setor bancário na Polónia, tem como objetivo identificar as instituições bancárias que oferecem os mais elevados padrões de qualidade de serviço, disponibilizam os melhores produtos e realizam atividades que se destacam da concorrência.
- Bank Millennium distinguido com CSR Golden Leaf atribuído pela Polityka Weekly pelas suas atividades consistentemente sustentáveis e sucessos mensuráveis na limitação do consumo de recursos.
- Bank Millennium aderiu ao Programa *Global Compact* das Nações Unidas, um referencial para negócios responsáveis baseado em declarações e convenções das Nações Unidas, passando a incorporar os seus dez Princípios - focados nas áreas de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção - nas suas estratégias, processos e operações.
- Millennium bim foi distinguido como “Melhor Banco em Moçambique” em 2023 pela Global Finance.
- Millennium bim foi distinguido como “Melhor Banco de Private Banking” em Moçambique pelo quarto ano consecutivo.
- Millennium bim distinguido como “*The Best Consumer Digital Bank for Innovation and Transformation in Africa for 2023*” pela revista Global Finance.
- Millennium bim distinguido como “*Best Consumer Digital Bank*” em Moçambique em 2023 pela revista Global Finance.
- Millennium bcp distinguido com a “*Best Consumer Mobile App*” in Moçambique 2023 pela revista Global Finance.
- Millennium bim distinguido como o “Melhor Banco Digital” (“*Best Digital Bank*”) em Moçambique em 2023 pela revista Global Finance.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No terceiro trimestre do ano, a atividade económica na China e na área do euro denotou sinais adicionais de abrandamento, enquanto os Estados Unidos continuaram a demonstrar maior resiliência perante o agravamento dos custos de financiamento e a redução dos fluxos de comércio internacional. Nos próximos trimestres, a persistência de uma elevada restritividade da política monetária global, a par com um quadro de forte incerteza no domínio geopolítico, deverá continuar a condicionar o desempenho da atividade económica, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a projetar taxas de crescimento do PIB mundial de 3,0% e 2,9%, em 2023 e 2024, respetivamente.

Nos mercados financeiros, o terceiro trimestre de 2023 foi marcado por um aumento significativo das *yields* dos títulos de dívida pública nos prazos mais longos, em particular nos Estados Unidos, onde atingiram valores não observados desde 2008. Este movimento reflete expectativas de persistência de uma política monetária restritiva por um período prolongado, em virtude da resiliência da atividade económica e de uma redução mais moderada do que o esperado dos níveis de inflação, devido a uma nova subida dos preços do petróleo nos mercados internacionais. Neste contexto, os principais bancos centrais voltaram a elevar o nível das taxas de juro, com o Banco Central Europeu a aumentar a sua taxa de referência de 4,00% para 4,50% e a Reserva Federal dos Estados Unidos de 5,25% para 5,50%. O desempenho menos favorável dos mercados de dívida pública traduziu-se numa menor procura por ativos de risco, com os principais índices acionistas mundiais a registarem desvalorizações, ainda que modestas, e num agravamento dos prémios de risco da dívida empresarial, bem como da dívida pública dos países da periferia da área do euro onde predomina um quadro de maior incerteza, como é o caso de Espanha e Itália. Por sua vez, os prémios de risco associados à dívida pública portuguesa permaneceram relativamente estáveis, beneficiando da melhoria da notação de *rating* atribuída pela agência Fitch, de BBB+ para A-, e de previsões de que o saldo orçamental seja positivo em 2023 e em 2024.

A economia portuguesa estagnou no segundo trimestre face ao trimestre anterior, em resultado da deterioração da procura interna, que se traduziu num contributo negativo do consumo privado e do investimento para a taxa de variação trimestral do PIB, a par com um menor dinamismo da procura externa, pese embora o contributo positivo das exportações líquidas. Com efeito, o Banco de Portugal reviu em baixa a sua projeção para o crescimento do PIB português em 2023, de 2,7% para 2,1%, e antevê um crescimento de 1,5% em 2024, penalizado pelo aumento dos custos de financiamento e pelo abrandamento da procura externa. No que respeita aos preços, a taxa de inflação apresentou uma trajetória de redução mais moderada no terceiro trimestre, condicionada pelo aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais. Nos próximos meses, o Banco de Portugal prevê que a taxa de inflação continue a diminuir, antevendo que seja, em média, 3,6% em 2024.

Na Polónia, a economia registou uma contração de 0,6% no segundo trimestre de 2023, em termos homólogos, refletindo uma forte debilidade da procura doméstica, cujo impacto negativo sobre o PIB foi, contudo, atenuado pelo contributo positivo das exportações líquidas. Nos próximos trimestres, é expectável que a melhoria da procura interna, suportada por um conjunto de medidas de estímulo orçamental, resulte numa recuperação da atividade económica. Neste sentido, o FMI projeta um crescimento do PIB de 0,6% em 2023 e 2,3% em 2024. A maior fragilidade das condições económicas, a par da diminuição da taxa de inflação para níveis inferiores a 10% em setembro, conduziu a uma redução do grau de restritividade da política monetária, o que penalizou a evolução da taxa de câmbio, com o zloti a depreciar-se de forma expressiva face ao euro, passando de 4,44 para 4,62 no decorrer do trimestre.

Em Moçambique, o PIB cresceu 4,7% no segundo trimestre, impulsionado pelo dinamismo da indústria extrativa, em particular da produção de gás natural, que deverá continuar a suportar a atividade económica no médio prazo, com o FMI a projetar uma expansão do PIB de 7,0% em 2023 e 5,0% em 2024. Não obstante a descida da taxa de inflação para 4,7% em agosto, o banco central manteve a taxa de referência inalterada em 17,25%, dada a incerteza quanto à evolução dos preços. No conjunto do trimestre, o metical apreciou ligeiramente. Em Angola, o PIB registou um crescimento nulo no segundo trimestre face ao trimestre homólogo, penalizado pela contração da atividade do setor petrolífero. Pese embora o contexto menos favorável, o kwanza manteve-se relativamente estável, após a forte depreciação observada no segundo trimestre.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões de euros								
	Grupo			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	set. 23	set. 22 (reexpresso)	Var. 23/22	set. 23	set. 22 (reexpresso)	Var. 23/22	set. 23	set. 22 (reexpresso)	Var. 23/22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	2.117,5	1.545,8	37,0 %	1.097,7	670,9	63,6 %	1.019,7	875,0	16,5 %
Rendimentos de instrumentos de capital	1,2	9,3	(86,9 %)	0,5	8,5	(94,1 %)	0,7	0,7	(1,9 %)
Resultado de serviços e comissões	578,5	573,8	0,8 %	419,8	417,7	0,5 %	158,6	156,1	1,6 %
Resultados em operações financeiras	104,4	74,9	39,4 %	-17,8	98,9	(118,0 %)	122,3	-23,9	>200%
Outros proveitos de exploração líquidos	-56,5	-176,8	68,0 %	-66,7	-71,3	6,4 %	10,2	-105,5	109,7 %
Resultados por equivalência patrimonial	47,6	37,6	26,5 %	45,2	38,6	17,1 %	2,4	-1,0	>200%
Produto bancário	2.792,7	2.064,7	35,3 %	1.478,7	1.163,3	27,1 %	1.313,9	901,4	45,8 %
Custos com o pessoal	468,0	431,8	8,4 %	264,2	251,5	5,0 %	203,8	180,3	13,0 %
Outros gastos administrativos	283,4	251,8	12,6 %	140,6	133,5	5,3 %	142,8	118,2	20,8 %
Amortizações do exercício	103,2	103,9	(0,6 %)	55,1	59,1	(6,8 %)	48,1	44,7	7,6 %
Custos operacionais	854,6	787,4	8,5 %	460,0	444,2	3,5 %	394,6	343,2	15,0 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	842,4	781,4	7,8 %	447,8	438,2	2,2 %	394,6	343,2	15,0 %
Resultados antes de imparidades e provisões	1.938,0	1.277,2	51,7 %	1.018,7	719,1	41,7 %	919,3	558,2	64,7 %
Resultados de modificações	-14,8	-318,6	95,3 %	0,0	0,0	- %	-14,8	-318,6	95,3 %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	211,4	241,2	(12,3 %)	157,7	174,1	(9,4 %)	53,7	67,1	(19,9 %)
Outras imparidades e provisões	602,4	532,4	13,2 %	74,2	99,7	(25,6 %)	528,2	432,7	22,1 %
Resultado antes de impostos	1.109,3	185,0	>200%	786,8	445,2	76,7 %	322,6	-260,2	>200%
Impostos	387,4	208,6	85,7 %	230,2	157,2	46,5 %	157,2	51,5	>200%
Correntes	172,7	75,4	129,0 %	10,3	16,5	(37,3 %)	162,3	58,9	175,7 %
Diferidos	214,7	133,2	61,1 %	219,9	140,6	56,3 %	-5,2	-7,4	30,2 %
Resultado após impostos de operações em continuação	722,0	-23,6	>200%	556,6	288,0	93,2 %	165,4	-311,7	153,1 %
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	0,0	1,5	(100,6 %)	0,0	0,0	- %	0,0	1,5	(100,0 %)
Interesses que não controlam	71,2	-112,0	163,6 %	-0,2	-0,3	27,8 %	71,5	-111,7	164,0 %
Resultado líquido	650,7	89,8	>200%	556,8	288,4	93,1 %	93,9	-198,5	147,3 %
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	91.169	97.135	(6,1 %)	61.589	71.370	(13,7 %)	29.580	25.765	14,8 %
Recursos totais de clientes	92.379	91.069	1,4 %	65.639	67.173	(2,3 %)	26.740	23.896	11,9 %
Recursos de clientes de balanço	76.876	75.184	2,3 %	51.742	52.610	(1,6 %)	25.134	22.574	11,3 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.534	73.843	2,3 %	50.399	51.269	(1,7 %)	25.134	22.574	11,3 %
Débitos para com clientes titulados	1.343	1.341	0,1 %	1.343	1.341	0,1 %	0	0	- %
Recursos de clientes fora de balanço	15.502	15.885	(2,4 %)	13.897	14.563	(4,6 %)	1.605	1.322	21,4 %
Ativos sob gestão	5.240	5.071	3,3 %	4.205	4.298	(2,2 %)	1.035	773	33,9 %
Ativos distribuídos	5.519	5.166	6,8 %	5.182	4.876	6,3 %	338	290	16,5 %
Seguros de poupança e de investimento	4.743	5.649	(16,0 %)	4.510	5.390	(16,3 %)	233	259	(10,3 %)
Crédito a clientes (bruto)	56.665	58.622	(3,3 %)	39.400	41.030	(4,0 %)	17.265	17.593	(1,9 %)
Particulares	33.902	33.852	0,1 %	21.065	21.101	(0,2 %)	12.837	12.751	0,7 %
Hipotecário	27.531	27.939	(1,5 %)	18.821	18.917	(0,5 %)	8.709	9.022	(3,5 %)
Pessoal	6.372	5.913	7,8 %	2.244	2.184	2,7 %	4.128	3.729	10,7 %
Empresas	22.763	24.770	(8,1 %)	18.335	19.928	(8,0 %)	4.428	4.842	(8,6 %)
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	629	730	(13,9 %)	230	308	(25,2 %)	398	422	(5,7 %)
Crédito vencido há mais de 90 dias	529	641	(17,5 %)	220	296	(25,8 %)	309	345	(10,4 %)
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	0,9 %	1,1 %		0,6 %	0,7 %		1,8 %	2,0 %	
Imparidade do crédito (balanço)	1.553	1.612	(3,7 %)	966	1.012	(4,6 %)	587	599	(2,1 %)
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,7 %	2,7 %		2,5 %	2,5 %		3,4 %	3,4 %	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	293,8 %	251,6 %		440,0 %	342,1 %		189,9 %	173,9 %	
Stock de <i>Non-Performing Exposures</i> (NPE)	2.026	2.424	(16,4 %)	1.192	1.537	(22,4 %)	834	888	(6,1 %)
NPE / Crédito a clientes	3,6 %	4,1 %		3,0 %	3,7 %		4,8 %	5,0 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	76,6 %	66,5 %		81,0 %	65,9 %		70,4 %	67,5 %	
Crédito reestruturado	1.775	2.093	(15,2 %)	1.235	1.571	(21,4 %)	540	521	3,5 %
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,1 %	3,6 %		3,1 %	3,8 %		3,1 %	3,0 %	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	50	55		53	57		42	51	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

	30 setembro 2023	30 setembro 2022 (reexpresso)
	(Milhares de euros)	
Juros e proveitos equiparados	3.190.572	1.878.103
Juros e custos equiparados	-1.073.111	-332.272
MARGEM FINANCEIRA	2.117.461	1.545.831
Rendimentos de instrumentos de capital	1.216	9.262
Resultados de serviços e comissões	578.458	573.803
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	-15.326	8.000
Ganhos / (perdas) cambiais	21.043	30.894
Resultados de contabilidade de cobertura	-854	-1.506
Ganhos / (perdas) com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	99.565	37.550
Outros proveitos / (custos) de exploração	-71.709	-201.913
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	2.729.854	2.001.921
Custos com o pessoal	467.976	431.821
Outros gastos administrativos	283.399	251.751
Amortizações	103.240	103.856
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	854.615	787.428
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	1.875.239	1.214.493
Resultados de modificações	-14.829	0
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	-212.653	-246.385
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	894	1.763
Imparidade de outros ativos	-20.704	-138.268
Outras provisões	-581.395	-695.325
RESULTADO OPERACIONAL	1.046.552	136.278
Resultados por equivalência patrimonial	47.582	37.615
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	15.215	11.128
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.109.349	185.021
Impostos		
Correntes	-172.695	-75.409
Diferidos	-214.684	-133.227
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	721.970	-23.615
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	-9	1.481
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	721.961	-22.134
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	650.715	89.826
Interesses que não controlam	71.246	-111.960
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	721.961	-22.134
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,055	0,005
Diluído	0,055	0,005

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	(Milhares de euros)		
	30 setembro 2023	31 dezembro 2022 (reexpresso)	30 setembro 2022 (reexpresso)
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.525.815	6.022.001	3.122.862
Disponibilidades em outras instituições de crédito	187.966	213.460	346.032
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	1.116.126	963.434	7.751.515
Crédito a clientes	52.921.349	54.675.793	54.902.163
Títulos de dívida	17.036.087	13.035.582	12.585.844
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.098.527	766.597	1.047.739
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	492.084	552.679	914.910
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	30.710	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8.673.873	7.461.553	7.574.144
Derivados de cobertura	82.079	59.703	799.496
Investimentos em associadas	335.261	314.919	398.743
Ativos não correntes detidos para venda	81.575	499.035	605.888
Propriedades de investimento	15.144	15.217	12.238
Outros ativos tangíveis	596.226	574.697	574.988
Goodwill e ativos intangíveis	197.241	182.687	157.366
Ativos por impostos correntes	9.706	17.945	12.892
Ativos por impostos diferidos	2.723.447	2.938.986	2.970.129
Outros ativos	2.046.023	1.582.455	3.358.370
TOTAL DO ATIVO	91.169.239	89.876.743	97.135.319
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	1.240.204	1.468.360	8.967.315
Recursos de clientes e outros empréstimos	73.373.829	75.430.143	73.842.798
Títulos de dívida não subordinada emitidos	2.056.932	1.482.086	1.091.639
Passivos subordinados	1.354.493	1.333.056	1.331.884
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	269.007	241.506	246.698
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.502.631	1.817.678	1.331.522
Derivados de cobertura	137.348	178.000	2.258.197
Provisões	661.981	561.786	567.205
Passivos por impostos correntes	173.456	23.680	8.490
Passivos por impostos diferidos	8.964	11.708	11.241
Outros passivos	1.542.481	1.391.973	1.641.506
TOTAL DO PASSIVO	84.321.326	83.939.976	91.298.495
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	3.000.000	3.000.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	316.375	268.534	268.534
Reservas e resultados acumulados	1.551.113	1.272.262	-367.950
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	650.715	197.386	89.826
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	5.934.674	5.154.653	5.131.881
Interesses que não controlam	913.239	782.114	704.943
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	6.847.913	5.936.767	5.836.824
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	91.169.239	89.876.743	97.135.319

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos - montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos - títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Cobertura específica de *non-performing exposures* (NPE) - rácio entre a imparidade de NPE (balanço) e *stock* de NPE.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) - crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) - crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* - crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) - quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial - diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) - imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) - imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) - rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação - rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço - depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço - ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito - recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes - recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos =

[Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (Core operating profit) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões - produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura e resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos - títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios - corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros nove meses de 2023 e de 2022 não foram objeto de auditoria.